

*A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor\**

JOHNY SANTANA DE ARAÚJO  
Universidade Federal do Piauí

**Resumo:** O artigo pretende mostrar como se desenvolveu durante a segunda metade do século XIX a imprensa na Província do Maranhão, período coincidente com a ação desenvolvida pelo estado imperial brasileiro no sentido de consolidar a ideia de nação. É possível ver nesse processo como a imprensa e estado Imperial estavam afinados para enfrentar o momento de crise internacional em 1865 representado pela guerra do Paraguai. O artigo procura de igual forma mostrar como a divulgação sobre a guerra foi realizada pelos principais periódicos da Província do Maranhão, tomando como argumento as notícias sobre os conflitos pelo mundo, sobre a mobilização da sociedade e sobre a convocação para formar voluntários para a guerra contra o Paraguai.

**Palavras-chave:** Maranhão Oitocentista; Guerra do Paraguai; Jornais.

**Abstract:** The article aims to show how it developed during the second half of the nineteenth century press in the Province of Maranhão, period coinciding with the developed action by the Brazilian imperial state to consolidate the idea of nation. We can view in this process as press and the Imperial state have been tuned to face the moment of international crisis in 1865 represented by Paraguay war. The article seeks to show how equally disclosure about the war was held by the major journals of the Maranhão

---

\* Artigo submetido à avaliação em 5 de julho de 2014 e aprovado para publicação em 17 de setembro de 2014.

province, taking as argument the news about conflicts around the world, on the mobilization of society and on convocation to train volunteers for the war against Paraguay.

**Keywords:** Oitocentist Maranhão; Paraguay War; Newspapers.

### Os jornais maranhenses na segunda metade do século XIX

A imprensa, na segunda metade do século XIX, teve uma característica bastante sutil, no que se refere ao seu caráter jornalístico, pois, segundo Nelson Werneck Sodré, esse período assistiu a vitória da feição conservadora dessa imprensa, que se diferenciou muito da fase anterior, liberal, momento em que houve uma grande propagação de jornais políticos nas mais diferentes províncias do Império (2011, p. 186).

No fim da década de cinquenta do Oitocentos, a imprensa maranhense se caracterizava por ser diversificada, possuindo jornais que tratavam desde questões literárias até as políticas. Um quadro bem diferente da fase anterior, caracterizada pela vulgarização da linguagem e da extrema agressividade dos pasquins que representavam os grupos políticos da Província.<sup>1</sup>

Dentro da nova conjuntura política que caracterizou o Império na segunda metade do século XIX, ou seja, o período do gabinete da conciliação,<sup>2</sup> pode se destacar a presença de quatro jornais no cenário social de São Luís, que buscavam se situar dentro de um plano mais profissional, privilegiando, além dos aspectos políticos, questões econômicas e mercantis.

---

<sup>1</sup> Sobre a luta política entre Liberais e Conservadores no Maranhão e a ação da imprensa ver: LISBOA, 1980.

<sup>2</sup> A era da conciliação iniciou-se com Honório Carneiro Leão – marquês de Paraná –, que formou o chamado Ministério da Conciliação, em 1853, composto por liberais e conservadores. Sobre a constituição do gabinete de conciliação ver: ESTEFANES, 2013.

Esses mesmos jornais estiveram no cerne da questão da propaganda da Guerra do Paraguai em 1865.<sup>3</sup>

Tais jornais representam, pela própria constituição, as mais importantes publicações que circularam durante a fase inicial do conflito contra o Paraguai, e que trabalharam de forma mais direta pela propaganda, pela mobilização e pela campanha de alistamento.

O primeiro deles é o jornal *Publicador Maranhense*, fundado em julho de 1842. Era um órgão oficial do governo provincial e saía três vezes por semana até 1862, quando se tornou diário. Ao longo de sua existência estiveram em sua redação diversos jornalistas de prestígio e com variada tendência política, como João Francisco Lisboa, que foi redator até 1855, e Sotero dos Reis, que assumiu a sua redação em 1856, permanecendo até 1861.

A partir desse ano, até 1863, seu redator foi Temístocles Aranha, sendo substituído por Ovídio da Gama Lobo, que ficou até o início de 1864. Por todo esse ano, o *Publicador Maranhense* foi redigido por Antônio Henriques Leal. Em 1865, entrou para a redação Felipe Franco de Sá, e em 1866 passou a ser redigido por empregados da Secretaria de Governo (RAMOS, 1992, p. 94).

Durante o período em que esteve sob a redação de Henriques Leal, Franco de Sá e Temístocles Aranha, o *Publicador Maranhense*, aumentou consideravelmente os artigos que tratavam de questões sobre finanças da Província, mas havia principalmente artigos ligados à política em geral, discutia-se as leis iniciadas na Assembleia Provincial, e por ser um órgão oficial, defendia a administração provincial. Deixou de circular em 1886 (SERRA, 2001, p. 30).

---

<sup>3</sup> A guerra do Paraguai foi um conflito travado entre o Império do Brasil, juntamente com os seus Aliados A República Argentina; A República Oriental do Uruguai contra a República do Paraguai, o conflito iniciou-se com a intervenção brasileira no Uruguai por questões políticas em dezembro de 1864, e foi concluído em abril 1870. Para um estudo mais aprofundado sobre a guerra do Paraguai a partir de uma perspectiva mais atual de pesquisa nos campos da História Militar e Relações Internacionais, ver o Livro Maldita Guerra: DORATIOTO, 2002. Para estudos referentes ao alistamento militar de homens livres e libertos, ver: SALLES, 1998. Sobre a apropriação de escravos para o serviço da guerra, ver SOUSA, 1996.

No dia 1º de fevereiro de 1862 saiu o primeiro número de *A Coalizão*, jornal que apoiava a coligação de conservadores com os liberais, uma situação que era semelhante em outras províncias. No Maranhão, quem estava à frente dessa coligação era João Pedro Dias Vieira e o conselheiro Francisco José Furtado.

*A Coalizão* saía duas vezes por semana. No seu primeiro ano foi redigido por Gentil Braga e Joaquim Serra; no ano seguinte, José Joaquim Tavares Belfort passou a fazer parte da equipe de redação. Em 1865 Joaquim Serra deixou o jornal. Em 1866 Felipe Franco de Sá passou a ser seu único redator, e nesse mesmo ano *A Coalizão* deixou de circular. Apesar de ser um jornal partidário tinha uma folha literária e artística (SERRA, 2001, p. 39).

Em 1863 saiu o primeiro número de *O Paiç*, jornal de notícias e variedades, dedicado aos interesses do comércio. Seu redator e proprietário foi Temístocles Aranha, que havia sido, até então, redator do *Publicador Maranhense*.

*O Paiç* começou saindo três vezes por semana. Depois da Guerra do Paraguai passou a ser diário, cada dia apresentava uma série de avanços e melhoramentos nas edições, fazendo com que se consolidasse na época como um dos mais interessantes jornais do Norte do Império.

Publicava importantes artigos sobre questões de lavoura, indústria, artes, finanças e sobre os melhoramentos promovidos pela administração provincial. Trazia sempre noticiário abundante e variado; excelentes transcrições de revistas estrangeiras e correspondência telegráfica (SERRA, 2001, p. 40).

Foi o mais completo órgão de informação e expoente de cultura que teve a Província do Maranhão antes do regime republicano se implantar no Brasil. Temístocles Aranha atraiu para *O Paiç* os melhores talentos jornalísticos daquela época. Segundo Joaquim Serra (2001, p. 40), *O Paiç* exerceu decidida influência na opinião pública maranhense, pois gozava na cidade de São Luís do melhor conceito.

O primeiro número de *O Paiç* saiu em 1º de maio de 1863, tinha de texto o tamanho de 0m36 x 0m235, em três colunas, que se estendiam por quatro páginas, circulava às terças e sextas-feiras. Sua assinatura anual era de

9\$000 (nove mil reis), e a semestral era de 5\$000 (cinco mil reis). Até o número 18, usou o subtítulo: “Jornal católico, literário, comercial e noticioso”. Daí em diante, substituiu o subtítulo pelo de: “Órgão especial do comércio”, pois Temístocles Aranha havia sido convidado pelos dirigentes da Associação Comercial para tornar o seu jornal um órgão de divulgação daquela entidade no Maranhão (VIVEIROS, 1954, p. 354).

Apesar de ser completo *O Paiç* era um jornal de província, não tinha tipografia própria nos primeiros anos, era impresso em uma tipografia chamada B. de Matos. Sua redação ficava na Rua de Santo Antônio, nº 24, na época considerada afastada do centro da cidade de São Luís. Era, contudo, muito bem elaborado, com criteriosos artigos e editoriais, transcrições selecionadas e publicava correspondências que julgava mais interessantes, enchendo as duas primeiras páginas.

O jornal era igualmente muito bem revisto e impresso. Nas outras duas páginas destacavam-se os noticiários e o minucioso retrospecto comercial, de autoria de Joaquim Coelho Fragoso. Durante a Guerra do Paraguai, o jornal, juntamente com o *Publicador Maranhense*, adotou a prática de publicar correspondências de militares que se encontravam na linha de frente.

Dessa forma, o jornal *O Paiç* projetava-se no panorama da vida social de São Luís. Circulou no decorrer de toda a Guerra do Paraguai encerrando suas atividades somente em 1886, quando se fundiu ao *Publicador Maranhense*.

Finalmente, há um quarto jornal, cuja referência deve ser feita. Trata-se de *A Situação*, fundado em 18 de junho de 1863, órgão oficial do Partido Conservador. Tinha como redatores Luís Antônio Vieira da Silva, Heráclito Graça e João da Mata de Moraes Rego. Em seus últimos tempos, foi redigido pelo jornalista Fernando Vieira de Sousa.

De acordo com “Joaquim Serra, (2001, p. 40), era um jornal que defendia seu partido com paixão, porém, com dignidade e com elevada linguagem”. *A Situação* foi um jornal variado nos assuntos, procurava informar tanto sobre a política provincial, como a do País, sendo um esforçado adversário do governo provincial durante o obscurantismo dos conservadores, mas, apesar disso, circulava com muita interrupção. De seus

redatores, Heráclito Graça era o que mais se distinguia na polêmica política. *A Situação* deixou de circular em 1867, curiosamente um ano antes da subida ao poder do gabinete ministerial conservador.

A partir desse quadro podemos verificar a seguinte situação da imprensa no Maranhão; inicialmente tinha-se um jornal oficial ligado ao governo: O *Publicador Maranhense*; um jornal que defendia o *modus operandi* da política de conciliação entre Liberais (no poder) e Conservadores: *A Coalizão*; um jornal ligado ao principal órgão dirigente do comércio no Maranhão, mas que avalizava tanto Liberais quanto Conservadores: *O Paiz*; e, finalmente, um jornal ligado ao partido Conservador, que fazia oposição ao governo Liberal da Província, de forma muito retórica, com uma linguagem de alto nível: *A Situação*.

Em meados do século XIX, ocorreu uma redução no número de jornais que circulavam, em consequência das modificações técnicas implantadas. Mantiveram-se no mercado além dos títulos citados alguns poucos, por conta do suporte financeiro e político que os sustentavam. Quando surgiam novas publicações, geralmente eram de cunho literário e artístico.

Aqueles tempos não eram mais os da regência, ou de dura luta política dos primeiros anos do 2º reinado, tempo em que os pasquins<sup>4</sup> levavam mensagens carregadas de paixão política, nas quais o equilíbrio e a compostura cediam lugar facilmente ao desrespeito. A luta a ser enfrentada, então, era outra: a pela conquista da opinião pública em torno da causa da guerra do Paraguai.

## **O desenvolvimento socioeconômico e a formação de um público leitor em São Luís**

Como resultado da melhoria técnica dos jornais, fruto das inovações implantadas no país a partir de meados da década de 50, a sociedade

---

<sup>4</sup> Entende-se por pasquins jornais panfletários.

maranhense passou a espelhar as mudanças decorrentes dessa modernização, adaptando-se gradualmente a um modo de vida diferenciado daquele do período colonial. A indústria, o comércio e as artes tiveram um novo ânimo em todos os centros urbanos do país, após o fim do tráfico internacional de escravos.<sup>5</sup>

São Luís, a capital da Província, com o seu único porto exportador, desenvolveu-se e enriqueceu-se consideravelmente. O comércio já era, em grande número, consciente de sua importância, viu surgir um órgão de representação, a Comissão da Praça, através da qual foi fundada a Companhia Confiança Maranhense, com o objetivo de construir um grande edifício que com suas lojas substituísse a antiga casa das Tulhas, ou mercado antigo (MEIRELES, 2001, p. 259).

Os comerciantes, através de sua representação de classe, fundaram também um Gabinete Português de leitura e um Hospital Português, um serviço de navegação a vapor, onde duas companhias se destacaram.<sup>6</sup> Em 1846 foi fundado o primeiro Banco Comercial do Maranhão; em 1869, o segundo, Banco Comercial do Maranhão e, posteriormente, o Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão.

Desde 1846 o governo provincial vinha se preocupando em tomar medidas administrativas de cunho econômico, abrindo estradas e construindo pontes, dispensando cuidados especiais à lavoura e à indústria da cana-de-açúcar (MEIRELES, 2001, p. 256). A cultura do algodão, desde a primeira metade do século XIX, igualmente havia se transformado na vigamestra da economia do Maranhão, chegando a elevar as exportações a 300.000 arrobas (VIVEIROS, 1954, p. 201). Já na segunda metade do mesmo século, cedeu lugar paulatinamente ao açúcar. Segundo Meireles talvez se pudesse mesmo dividir a história maranhense em função de sua economia, nos dois ciclos, o do algodão e o do açúcar (MEIRELES, 2001, p. 256).

---

<sup>5</sup> Para uma análise mais detalhada sobre a conjuntura da economia no período ver: PRADO JUNIOR, 2006.

<sup>6</sup> Empresa de Navegação a Vapor dos Rios do Maranhão e a Companhia Nova de Moreira Saraiva & Cia.

Economicamente, o Maranhão era uma Província que tinha experimentado um surto econômico muito favorável no que se refere à referida cultura do algodão, graças, sobretudo, a fatores externos, como a Guerra Civil Americana; até o início desta, o Sul dos Estados Unidos era uma das maiores regiões produtoras de algodão do mundo; com o colapso de sua produção, as indústrias de tecelagem da Inglaterra recorreram a outros mercados disponíveis. Foi, nesse momento, do início dos anos 60 do século XIX, que o Maranhão revigorou a cultura algodoeira, constituindo-se no segundo produtor brasileiro.

A cana-de-açúcar era outra cultura muito desenvolvida na Província, tanto que chegou a concorrer com a produção de algodão e ser objeto de grandes investimentos e de debates na imprensa maranhense: perguntava-se a qual cultura devia ser dada mais importância?<sup>7</sup> No entanto, houve sempre alternância de plantações, por fatores como a variação de estações de colheita, o que fazia com que os fazendeiros ora corresse para a cana-de-açúcar ora para a o algodão.

Nos cinco primeiros anos da década de 60 a produção de algodão subiu a uma média de 39.000 sacas de 95 quilos; então foram apurados, nesse período, lucros que permitiram o revigoramento da lavoura de algodão que anteriormente havia sofrido muito com as sucessivas crises econômicas. “A produção foi elevada para 60.000 sacas, no período que se seguiu a 1865; a maior produção de algodão foi a do ano de 1871, que atingiu 72.793 sacas; por essa época, a corrida ao açúcar foi igualmente maior” (MARQUES, 1970, p. 208).

O grande comércio de exportação e importação em São Luís, no período entre os anos de 1860 a 1870, caracterizou-se por não ter um aumento no número de comerciantes, na mesma proporção da ampliação da quantidade de produtos exportados (algodão e açúcar); isso fez com que se

---

<sup>7</sup> Jeronimo Viveiros escreveu um trabalho de investigação sobre a natureza da economia maranhense em fins da primeira do século XIX, o trabalho é bastante revelador sobre os encaminhamentos que estavam sendo dados na província uma vez que o mesmo era político e proprietário rural, ver: VIVEIROS, 1954.



concentrassem as atividades mercantis em poucas casas comerciais de grandes proprietários.

Com isso, esse tipo de comércio apresentou certo vigor, tomando-se um período compreendido pelos anos de 1863-1864, “segundo César Marques (1970, p. 209). As importações diretas efetuadas pelo Maranhão atingiram o valor de 5.064\$:000 (cinco contos, e sessenta e quatro mil reis) e as exportações atingiram o valor de 7.247\$:000 (sete contos, e duzentos e quarenta e sete mil reis)”.

Quanto às atividades comerciais de varejo em São Luís, podemos apontar o seguinte quadro de desenvolvimento material em termos de quantidade:

a cidade possuía entre 1860 e 1870 79 armazéns; seis armazéns de ferragens; dois armazéns de madeiras; 32 escritórios; 44 lojas de modas; seis farmácias; quatro livrarias; 189 quitandas; 12 refinarias de açúcar; 14 padarias; 28 açougues; 13 ourivesarias; duas agências de leilões; 25 fábricas diversas (REGO JUNIOR, 1860, n.p).

Com o desenvolvimento dos transportes, não só a economia e o comércio da Província se beneficiaram. Foi possível também proporcionar uma maior e mais rápida circulação de informações, ao mesmo tempo em que se expandiu, por boa parte do território nacional, um mercado de bens de consumo cultural. Nesse aspecto, a imprensa teve um papel acentuado, pois em suas observações, enquanto viajante<sup>8</sup> pelo Brasil, “Charles Ribeyrolles (1941, p. 99) afirmou que: [...] onde está hoje a imprensa brasileira? Fortificou-se em número, ganhou em expansão e raciocínio. Não há província pequena ou grande que não conte os seus jornais [...]”.

Em São Luís, os costumes se alteravam de acordo com as novidades que chegavam da Europa, vinda com os navios. A cidade modernizava-se, pois já havia melhoramentos públicos (iluminação das ruas e calçamento). A imprensa fosse ela diária, semanal ou quinzenal, em junção com a política, à

---

<sup>8</sup> Sobre viajantes no Maranhão ver: CALDEIRA, 1991.

literatura e as artes, era o veículo apropriado para a demonstração dessas mudanças, mostrando tais modificações em suas colunas editoriais, literárias e no noticiário quase sempre atualizado.

A existência de uma imprensa especializada não apenas em política, mas também nos fatos da vida cultural da província, acolhia na São Luís dos anos 60 do século XIX as necessidades de uma sociedade em processo de modernização. De acordo com o resumo do recenseamento feito na cidade, publicado no relatório do presidente da Província de 1874, a população total de São Luís era estimada em 34.723 pessoas, a população livre era de 27.306 pessoas e a população escrava era estimada em 7.417. Quanto ao nível de instrução de toda a população de São Luís, 11.212 sabiam ler, enquanto 23.511 não sabiam ler (MARANHÃO. Resumo do recenseamento da comarca da capital, 1874, p. 8).

O inventário de profissões que existia na urbe era o mais diverso. Numa escala descendente, podemos assim descrever: no ápice da escala estavam os juristas (juízes, advogados e procuradores), capitalistas (comerciantes) e proprietários (grandes senhores de terra, também chamados de lavradores e agricultores), professores, literatos, médicos. Logo após, vinham os funcionários públicos, militares, profissionais do comércio, lavradores (nesse caso o pequeno proprietário ou o empregado), farmacêuticos, parteiros, artistas, notários e escrivães, os que tinham profissões manuais ou mecânicas. Na base dessa escala achavam-se os assalariados (jornaleiros e criados), pescadores, empregados do serviço doméstico e aqueles sem ocupação oficialmente declarada.<sup>9</sup>

Nas ruas de São Luís situava-se o mundo do trabalho, onde circulavam todos “Uma multidão de mulheres e moças de cor, nascidas duma mistura de pelo menos três raças (que) vagava para cima e para baixo, desembaraçadamente”, assim notou o viajante Robert Ave-Lallemant (1961,

---

<sup>9</sup> Sobre dados ver Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da População do Império do Brasil em 1872, Rio de Janeiro, Leuzinger e Filhos. 1873 - 1876. Quadros Gerais apud: SOARES, 2003, p. 18.

p. 21). Lá estavam os elementos que não compunham a “boa sociedade”<sup>10</sup> e nesse mesmo espaço misturavam-se aqueles que participavam do público socialmente aceito.

Nos mercados existiam as negras vendedoras, as quitandeiras que possuíam tão somente o seu tabuleiro onde expunham suas mercadorias; havia, também, os escravos de aluguel “domésticos, trabalhadores, amas de leite, lavadeiras, mucamas, cozinheiros”. Artesãos, pequenos comerciantes, os que não podiam comprar escravos e se utilizavam dos escravos de aluguel, ou os escravos de ganho que geralmente faziam todo tipo de serviço.

O público, como sujeito ativo da esfera pública, foi estruturado em São Luís da segunda metade do século XIX, tomando como base os parâmetros concedidos pela estratificação da sociedade Maranhense. Formavam a opinião pública todos aqueles que possuíssem condições mínimas de se inserirem na sociedade como consumidores de um mercado de bens materiais.

Sobre o nível intelectual dos maranhenses que compunham a “boa sociedade”, o viajante norte americano “Daniel Parish Kidder (1980, p. 169) comentou: estes alegam possuir, e não sem razão, um grau de desenvolvimento intelectual e moral comparável ao de seus patrícios das maiores cidades do império”.

Essa observação se aplicava principalmente às pessoas que compunham as camadas sociais mais elevadas, pois a maioria delas poderia ter acesso à educação formal. E ao que parece, nas décadas finais da primeira metade do século XIX, a camada social dominante maranhense preocupava-se mais em cultivar o conhecimento, ao contrário de décadas anteriores.

A “boa sociedade” maranhense, de um modo geral, não era muito diferente das sociedades das demais cidades brasileiras à margem do Atlântico; no entanto, parecia existir nela uma espécie de vivacidade intelectual que a fazia destacar-se das outras Províncias do Império, em parte

---

<sup>10</sup> O termo designa os elementos que compunha a “elite” econômica e política das cidades no período regencial e segundo império. A expressão é proveniente do período colonial quando os mais ricos eram chamados de “homens bons”, ver MATTOS, 2004.

pelo grande número de oradores, poetas e escritores que justificavam segundo Abranches, (1992, p. 102) o título dado à sua capital, a cidade de São Luís, de “Atenas Brasileira”.

Havia também os que se dedicavam à boêmia literária, como Sousândrade e Gentil Braga, que deixaram suas marcas, ao passo que escandalizavam a sociedade aristocrática de São Luís (ABRANCHES, 1992, p. 101). A cidade, ao que parece, tinha uma vida muito agitada e sempre com muitos assuntos para comentar ao longo de uma semana, fruto de uma atividade social efervescente; havia sempre salões de festas onde existiam o luxo e a elegância; e de igual forma aconteciam sempre exposições artísticas, bailes a rigor nos salões do Colégio N. Senhora da Glória e no Teatro São Luís; também não faltavam as apresentações de companhias de ópera estrangeiras.

A formação dos filhos da elite era proporcionada pelos institutos de educação, como o Colégio Nossa Senhora da Glória, destinado às mulheres e o Instituto Educacional do Dr. Pedro Nunes Leal, para homens (ABRANCHES, 1992, p. 104). Entidades estas que ajudaram a formar a maioria dos filhos da elite social da Província.

Em torno da Associação Literária Maranhense e de sua publicação *O Arquivo*, se reuniam os oradores. *O Arquivo* era presidido por Alexandre Teófilo de Carvalho Leal; além disso, marcavam presença muitos outros poetas e intelectuais, como Antônio Rego, Luís Antônio Vieira da Silva e Sotero dos Reis, que se dedicavam tanto a estudos históricos como à política.

Essa era uma forma de vida e de comportamento que a escravidão permitia a essa “boa sociedade” fornecer ao Maranhão a condição de ser uma das províncias mais ricas do Império, tanto no aspecto intelectual como no econômico.

## **Mobilidade da sociedade em São Luís do Maranhão**

A sociedade estava estruturada em círculos concêntricos, o público de São Luís possuía em seu núcleo, a já citada “boa sociedade”, composta pela

aristocracia rural, capitalistas, barões, conselheiros, comendadores e seus familiares. Em seguida, o círculo de homens novos: Os grandes comerciantes, homens de letras, militares e profissionais liberais que, por enriquecimento ou recomendação, ascendiam à camada superior.

O terceiro e último círculo era formado por pequenos comerciantes, funcionários públicos e empregados de toda espécie, compactado entre a riqueza que era ostentada pelo estilo de vida da “boa sociedade”, e o nada representado pela escravidão.

A noção de esfera íntima de família encontrava-se relacionado aos dois primeiros círculos, que tem a casa como expressão local de liberdade psicológica do indivíduo moderno. Nessa perspectiva, a família servia como uma mediadora da sociedade e assumindo tal papel assegurava a realização das exigências sociais.

O círculo exterior era abrigo de uma legião de pessoas, alimentado pelos anseios de ascensão de funcionários públicos e pelo medo da miséria, da violência e do desemprego que atingia a todos que estavam à borda da “boa sociedade”.

Esse círculo ultrapassava os limites da casa e o seu local de expressão era tão somente a rua. Esse mesmo círculo abarcava os mercados, as casas de diversão baratas, enfim, encontrava-se nas algazarras da feira.<sup>11</sup>

Com essa representação do público maranhense de São Luís, pretendemos indicar o que nos parece ser um aspecto de dinamicidade das ruas, local onde se misturavam os mundos do governo, do trabalho, da rotina e do ócio, onde acontecia a diversão da “boa sociedade” e da “má sociedade”, onde também se misturavam as notícias, os fatos e as versões, os rumores e os boatos. Ao que parece o que se passava nas ruas diariamente desempenhou um papel fundamental para a ampliação de um sistema de informações que se estruturava de acordo com as conjunturas econômicas de então, além de atuarem destacadamente no processo de difusão e recepção das mensagens.

---

<sup>11</sup> Sobre as noções de esfera pública e privado ver: HABERMAS, 2014 e MATTOS, 2004.

No entanto, ao tratarmos de jornais, é importante considerar dois aspectos: o da leitura e a recepção, pontos significativos da análise, pois o problema da instrução e do analfabetismo de grande parte da população no Maranhão leva-nos a questionar sobre a difusão das palavras e por sua vez, remete-nos à importância de um conjunto de fatores responsáveis pelo processo de formação de opiniões, estes seriam a sugestão, a afirmação, a repetição e o prestígio (VERON, 1984, p. 36).

No caso da Guerra do Paraguai, esse processo de difusão foi de importância fundamental para a propagação e divulgação das notícias, sobre os acontecimentos e a propaganda da guerra. Numa sociedade onde mais da metade da população era analfabeta, a propaganda falada construída pelas conversas dos transeuntes, pelo boato da esquina que circulava de boca em boca, gerando um movimento de circularidade das informações, que contribuiu para elevar os ânimos da população a respeito da guerra.

Nesse aspecto, a questão da memória coletiva também é de essencial valor. Como nos mostra Maurice Halbwachs,

[...] para que a memória pessoal alcance a realidade histórica, será preciso que saia de si mesma, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo de preocupações dos interesses e das paixões nacionais (2013, p. 61).

A Guerra do Paraguai foi o grande acontecimento da década de 60 na história do Império. Tendo sido vivenciada de forma intensa por seus contemporâneos, nos mais diferentes lugares do Brasil. Por tudo isso, também pode ser considerada como um acontecimento marcante, por ser aquele que,

solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo até o último suspiro uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva,

onde continuará no entanto a exercer alguma influência insuspeita (REMÒND, 2003, p. 449).

No decorrer do conflito de fins de 1864 a início de 1870, por toda São Luís do Maranhão, nas ruas e casas, ocorriam outros combates, o da mídia que lançava seu apelo através das ideais, por meio de discussões de temas referentes a guerra, apresentados com frequência ao público pelos jornais, que ampliava o alcance das velhas e novas *mensagens*. Tais mensagens muitas vezes misturadas às notícias vindas de todos os lugares do país e da linha de frente da guerra, quer fossem verdadeiras ou boatos, geravam um turbilhão de imagens exaltadoras da nação brasileira, veiculadas por escritores que faziam através de sua literatura exatamente o que hoje chamamos de produção cultural.

### **A Guerra do Paraguai e a sua divulgação pelos jornais de São Luís**

No período compreendido entre os meses de setembro de 1864 e janeiro de 1866, as notícias referentes às diversas guerras no mundo – nos Estados Unidos e Europa Ocidental, em andamento, bem como a própria intervenção que o Brasil preparava para realizar no Uruguai – alimentavam semanalmente o universo mental do leitor maranhense, tal como fez o Jornal *O Paiz*, noticiando sobre a guerra entre a Dinamarca e a Prússia, aludindo que a luta entre esses dois países parecia ser o prelúdio de uma grande conflagração que iria acontecer na Europa (O Paiz, p. 1, número 29, 13/09/1864). Notícias assim, além de caracterizarem um aspecto do panorama mundial, criavam uma expectativa junto à sociedade, quanto ao futuro.

Sobre os Estados Unidos, o Jornal *O Paiz* publicava o desenrolar dos combates da Guerra da Secessão (1861-1866), particularmente sobre a sua fase final e sobre os combates em torno da cidade de Pittsburgh, um dos últimos focos da resistência sulista que combatiam contra as tropas federais. O Jornal, por exemplo, realçava que:

O commandante em chefe do exército federal tinha dirigido novo ataque contra Petersburgo [...] cujo exito tendo fallado, foram suas tropas repellidas com perdas consideráveis. Fallava-se na substituição do mesmo general Grant, assim como os preparativos para a retirada do exército federal da Virginia (O Paiz, p. 3, número 29, 13/09/1864).

A situação da política externa brasileira em relação ao Uruguai era de igual forma refletida em São Luís, tal como sugere a notícia do mesmo Jornal *O Paiz*, em edição número 116, de quinta-feira, 06 de outubro de 1864, que informava sobre uma resolução do governo uruguaio em relação ao Brasil, considerada grave pelo governo imperial, que era de expulsar o ministro brasileiro residente no País; e sobre a proibição da comunicação da esquadra brasileira com os portos do Uruguai (*O Paiz*, p. 2, número 116, 06/10/1864).

Com o agravamento das tensões entre Brasil e Uruguai, a República do Paraguai, aliada do Partido Blanco, do Uruguai, que estava no poder, e que seria deposto pelo Partido Colorado, com a ajuda do Brasil, passou a tomar uma posição mais agressiva. O caminho da guerra contra o Paraguai parecia inevitável, como já apontava na Província o jornal *O Paiz*, na mesma edição de 06 de outubro de 1864, ao afirmar que aparentemente o governo paraguaio queria tomar uma posição hostil em relação ao Brasil, em favor dos Blancos uruguaiois, de acordo com uma nota enviada pelo presidente Solano Lopez ao ministro brasileiro residente no Uruguai (*O Paiz*, p. 3, número 116, 06/10/1864). O Jornal julgava que fora emitida em tom de ameaça num momento em que ainda se prenunciava a intervenção militar brasileira ao Uruguai.

De certa forma, toda divulgação sobre a situação no Uruguai, bem como as notícias do mundo parecem ter contribuído para criar junto à opinião pública um clima de expectativa e tensão quanto à proximidade de uma guerra, sobretudo porque tais notícias chegavam aqui periodicamente, com o fluxo de três em três dias nos navios provenientes do Sul do Brasil, e as novidades sobre a intervenção eram sempre colocadas em destaque.



Grande parte dessas informações, de certa maneira, devia causar um forte impacto, pois era publicada de forma muito objetiva e dramática, sobretudo, as que vinham dos Estados Unidos, dado o caráter violento da Guerra da Secessão e dos combates travados, o jornal *O Paiz* afirmou que haviam acontecido combates gigantescos, em que “os mortos se contavam aos milhares” (*O Paiz*, p. 2, número 116, 06/10/1864).

A imprensa destacava tal agressividade, criando uma ideia para o público em geral de que, aparentemente, o conflito com o Paraguai não assustava ninguém, e fazia isso informando que existia um aspecto de euforia junto à população; pelo menos, era isso que mostravam os jornais com suas notícias de primeira capa, que falavam da alegria da população de São Luís ao tomar conhecimento do estado de guerra com o Paraguai. João da Mata de Moraes Rego, editor do *Publicador Maranhense*, de 20/01/1865, redigiu que:

Como brasileiros, enchemo-nos de orgulho e sentimos [...] prazer no contemplar o entusiasmo que pela guerra se vae desenvolvendo nas províncias do sul d’esta [...] toda a população parece animada por um só pensamento [...] apprescata-se a fazer o serviço militar – a marchar para o campo da guerra (*Publicador Maranhense*, p. 1, número 16, 20/01/1865).

A notícia poderia ser verdadeira, ou não. Dessa forma, é possível identificar o amplo poder de propaganda dos meios jornalísticos a serviço do governo, no sentido de criar uma sensação de confiança.

Na mesma edição do dia 20/01/1865, o Jornal *Publicador Maranhense* divulgou sobre as primeiras reuniões organizadas pelos membros da comissão da praça, que também reuniram intelectuais e jornalistas, como Felipe Franco de Sá, Antônio Henriques Leal, Themistocles Aranha e Gentil Braga. As reuniões visavam organizar o voluntariado, os referidos jornalistas estavam amplamente comprometidos com a causa da guerra, a favor do governo imperial. Gentil Braga, apesar de fazer parte de um jornal de oposição moderada, o periódico *A Coalizão*, também dava amplo apoio à guerra e à formação de um corpo de voluntários.

*A Coalção* publicou na íntegra o decreto 3.371, mas antes divulgou uma nota do seu editor chamando a todos para o alistamento voluntário:

Non temos sufficientes palavras de louvores para este acto do governo que muito enobrece. O Decreto é um appello que a nação faz a si mesma por intermédio d'aquelle que a representa. S. M. o Imperador, brasileiro sumamente amigo do seu paiz, dirige-se aos seus concidadãos, e os convida para a defesa da pátria [...] (*A Coalção*, p. 1, número 04, 28/01/1865).

Na edição do dia 23/01/1865, o jornal *Publicador Maranhense* noticiou que a primeira dessas reuniões havia acontecido no Teatro São Luís, no dia 21/01/1865, indicando que houve sempre uma espécie de concordância por parte dos que frequentaram a reunião, “[...] estando inclusive presentes membros de diferentes camadas e em uma grande confraternização de cidadãos” (*Publicador Maranhense*, p. 2, número 18, 23/01/1865).

O jornalista Henriques Leal (1987 p. 343) acreditava que essa ideia de euforia coletiva era pelo fato de que a perspectiva da guerra acabara produzindo o efeito desejado de despertar nos brasileiros, o que ele chamou de sentimento do amor da pátria para defender o Brasil. Aparentemente, poderia haver uma justificativa para isso, que era ao fato do país ter sido invadido, como noticiava o mesmo jornal *Publicador Maranhense*:

A honra nacional e a integridade do império esses caros penhores de um povo livre e independente exigem imperiosamente o concurso de todos os brasileiros para a manutenção da guerra em que nos achamos empenhados com as republicas do Paraguai (*Publicador Maranhense* p. 2, número 32, 09/02/1865).

Em 21 de fevereiro de 1865 o jornal *A Coalção* divulgou em um quadro chamado: (Notícias da guerra e da convocação) a seguinte informação: “Em todas as províncias do Império o entusiasmo pela guerra é

grande, e oferecem-se voluntários” (*A Coalizão*, p. 1, número 08, 21/02/1865).

Ao estourar a guerra do Paraguai, os jornais citados trabalharam diuturnamente na propaganda de guerra, quanto a esse aspecto, a imprensa nesse primeiro momento fazia o seu trabalho de divulgação, publicando, inclusive, as proclamações feitas pelo Presidente da Província à população, pedindo voluntários, independente do fato de ser o jornal de oposição ou não, como foi o caso do periódico *A Situação*, que era o órgão oficial do Partido Conservador na Província.

Maranhenses ! – Os selvagens do Paraguay acabaram de penetrar nos campos da heróica província do Rio grande do Sul; E por onde paixão levão a ruína; a devastação, a morte e a desohonra ! A pátria indignada pede a seus filhos nobre e prompta vingança da afronta [...] (*A Situação*, p. 1, número 110, 10/08/1865).

O jornal *A Situação*, apesar de divulgar as conclamações através de seus redatores e convocar a sociedade à mobilização geral, não deixou de fazer críticas ao que considerava incorreto, no que se refere ao alistamento e à designação de guardas nacionais para o serviço nos corpos destacados para a guerra, o que pode ser demonstrado pela seguinte observação.

o tenente coronel José Antonio Fernandes [...] tem empregado mais de cincoenta guardas (a maior parte sem insenções e próprios para o serviço da guerra) para andarem em diligencias em caça de homens isto he, daqueles que não são privilegiados, para interar o contingente que o batalhão n° 16 tem de prestar para os corpos destacados, e nestas diligencias são presas pessoas que são alistadas na guarda nacional, os de reserva, e aqueles que tem izenção, e assim são remetidos presos em troncos de paus (*A Situação*, p. 4, número 105, 06/07/1865).

A denúncia feita pelo jornal *A Situação* era compreensível, dado o contexto político do partido que ele representava, nesse caso, o Conservador, que naquele momento era oposição na corte e nas províncias. Outra situação que pode ser observada era a mudança de padrão da convocação para a guerra. A crença de uma vitória rápida, havia se desvanecido com a demora em se concluir a campanha, fazendo com que houvesse uma diminuição no voluntariado no segundo semestre de 1865. Com a mobilização da Guarda Nacional, foi iniciada uma ampla campanha de perseguições políticas por meio da designação de guardas nacionais protegidos dos grandes fazendeiros e senhores de terra membros do Partido Conservador.<sup>12</sup>

Para os jornais, buscar o apoio da opinião pública não seria o suficiente. Conquistar o apoio popular mais amplo representava o objetivo principal do governo imperial. À medida que essa camada social constituiria o corpo principal das tropas que seriam enviadas à guerra. A propaganda e a divulgação das vantagens oferecidas pelo governo imperial e provincial para quem se alistasse deveriam ser apregoadas de forma ampla e maciça e poderia afastar o temor do alistamento voluntário ou o próprio temor dos guardas nacionais em serem designados.

Morel e Barros (2003, p. 93), analisando a expansão e difusão da notícia na capital do Império, nos faz refletir que a favor desta ideia havia uma necessidade de direcionar as informações a um público específico. Ambos afirmam que existem indícios de que não eram apenas os membros da elite os consumidores de periódicos – apesar da pobreza e da alta taxa de analfabetismo, a imprensa também era importante e presente na vida das classes mais baixas.

Entre um dos elementos que reforça a tese de acesso aos periódicos, era o fato de que os jornais tinham preços acessíveis – custava o preço de um dia de trabalho de um escravo de ganho. Além disso, práticas como leituras públicas e mesmo livrarias que permitiam às pessoas lerem os jornais sem os comprar são relatadas como relativamente comuns, o que aumenta ainda

---

<sup>12</sup> Sobre a perseguição política na época da guerra ver: IZECKSOHN, 2002.

mais o alcance dos periódicos, mesmo entre aqueles que não podiam pagar por eles (MOREL E BARROS, 2003, p. 93).

Em relação à guerra, a imprensa, de maneira ampla, trabalhou de forma a criar no imaginário da província, uma ideia de nacionalismo e patriotismo de três formas: em primeiro lugar, por alimentar semanalmente a província com informações sobre conflitos em outros países bem como sobre as intervenções que o Brasil fazia em nome da sua segurança – como em 1864 no Uruguai –, o que de certa forma acabou criando um ambiente de preparação para uma possível guerra; em segundo lugar, com a guerra contra o Paraguai já deflagrada, procurou sempre mostrar o Brasil como uma nação que havia sido agredida e invadida e que precisava recuperar a honra e os territórios conquistados pelo inimigo, e finalmente por mostrar que em outras províncias havia sempre voluntários dispostos a se oferecerem para a guerra, demonstrando dessa maneira que tal atitude era uma contribuição de coragem.

A Guerra do Paraguai foi um conflito que promoveu uma ampla mobilização nacional, em que a imprensa trabalhou paralelamente com o governo imperial e provincial, no sentido de criar uma ideia de unidade nacional em torno de um inimigo internacional, o Paraguai. No entanto, observa-se que esse comportamento de busca pela identidade nacional era típico daquele momento, em que os mais diversos segmentos da sociedade estavam trabalhando em conjunto com o governo imperial para criar um clima favorável as operações militares que o Brasil estava começando a realizar.

## **Referências**

### **Obras de apoio**

ABRANCHES, Dunshee de. *O cativo*. 2ª ed. São Luís, Alumar, 1992, p. 102.

- AVE-LALLEMENT, Robert. *Viagem ao Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: MEC/INL. 2 vols. 1961.
- CALDEIRA, José de Ribamar C. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís, MA: AML/Sioje, 1991.
- DORATIOTO, Francisco Fernando M. *Maldita Guerra*. Nova História da guerra do Paraguai, São Paulo: Companhia Das Letras, 2002.
- ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o império: o Marquês de Paraná e a política imperial (1842-1856)*. São Paulo: Annablume, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, São Paulo: Editora da Unesp, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.
- IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia. 2 vols. 1980.
- LEAL, Henriques Antônio. *Pantheon Maranhense, ensaios biográficos dos Maranhenses ilustres já falecidos*. Rio de Janeiro: Alhambra, t. I 1987.
- LISBOA, João F. *Jornal de Timon, Eleições na Antiguidade e Eleições e Partidos Políticos no Maranhão*. Brasília: Alhambra, 1980.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Cia Ed. Fon-Fon e Seleta, 1970.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- MEIRELES, Mario Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MOREL, Marco, e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RAMOS, Clovis. *Opinião pública maranhense: Jornais Antigos do Maranhão 1831 – 1860*. São Luís: SIOGE, 1992.

- REMÔND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições*, v. 2, São Paulo, Martins Fontes, 1941.
- SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SERRA, Joaquim. *Sessenta anos de jornalismo: A imprensa no Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.
- SOARES, Pedro Paulo. *A guerra da imagem: iconografia da guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.
- VERON, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cutrix, 1984.
- VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio do Maranhão 1612 – 1895*. São Luís: Associação Comercial, 1954.
- WERNECK, Sodrê. *História da Imprensa do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

## Fontes

## Jornais

- A Coalizão*, p. 1, número 04, 28/01/1865, rolo 144, seção de Periódicos, BPBL, São Luís.
- A Coalizão*, p. 1, número 08, 21/02/1865, rolo 144, seção de Periódicos, BPBL, São Luís.
- A Situação*, p. 1, número 110, 10/08/1865, seção de Periódicos, BPBL, São Luís.
- A Situação*, número 105, 06/07/1865, rolo 143, seção periódicos, BPBL, São Luís.

*O Paiz*, número 29, 13/09/1864, rolo 193, seção de Periódicos, BPBL São Luís.

*O Paiz*, número 116, 06/10/1864, rolo 193, seção de Periódicos, BPBL São Luís.

*Publicador Maranhense*, número 16, 20/01/1865, rolo 94, seção de Periódicos, BPBL, São Luís.

*Publicador Maranhense*, número 18, 23/01/1865, rolo 94, seção de Periódicos, BPBL, São Luís.

*Publicador Maranhense*, número 32, 09/02/1865, rolo 94, seção de Periódicos, BPBL, São Luís.

## Relatórios

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Império do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos. 1873 - 1876.

MARANHÃO. Resumo do recenseamento da comarca da capital In: *Fala que o Exm<sup>o</sup>. Sr. vice-presidente, Dr. José Francisco de Viveiros, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 6 de maio de 1874; acompanhado do relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. presidente, dr. Augusto Olympio Gomes de Castro lhe passou a administração da província no dia 18 de abril do mesmo ano, 1874*, Maranhão: Typ. Do Paiz, 1874.

## Publicações de Época

REGO JUNIOR, João C. de M. *Almanaque do Maranhão*. São Luís: 1860.